

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO

INDICADOR DE DESEMPENHO NA CAPTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (CONTRATO DE REPASSE) VIA SICONV E O GRAU DE EFICIÊNCIA NA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL

RESUMO

Visando o atendimento do último objetivo específico do estudo, como forma de contribuir para o melhor desempenho dos municípios do estado de Alagoas, bem como atender uma das exigências do programa PROFIAP, os resultados encontrados tornam-se ferramentas para análise da eficiência fiscal e da capacidade e gestão dos recursos das transferências voluntárias da União. No campo prático, os indicadores gerenciais encontrados colaboram no sentido de auxiliar a gestão pública a implementar rotinas e processos que possam otimizar as decisões dos gestores de modo eficiente e propiciando um melhor desempenho da gestão e dos recursos públicos. O produto técnico apresentado tem impacto econômico buscando atender diretamente a evasão gerencial financeira dos municípios de Alagoas. Como forma de demonstrar a situação fiscal criando um comparativo e um valor de referência a se alcançar de forma satisfatória, o que contribui diretamente com a capacidade de captação de recursos vinculados. Considerando que através do relatório e dos indicadores os gestores poderão otimizar e implementar processos de melhoria, resultando em uma gestão fiscal mais eficiente, ocasionando em um melhor desempenho na captação de recursos, podendo proporcionar grandes obras e benfeitorias para os municípios.

INSTITUIÇÃO

Para a análise proposta nesta pesquisa, como alternativa de selecionar os municípios que de alguma forma se assemelham, foram selecionados os municípios que possuem coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (CIFPM) acima de 2,00 conforme decisão normativa – TCU nº 196, de 24 de novembro de 2021, a escolha por esses municípios com tal coeficiente se deve ao fato de que eles recebem valores aproximados da principal fonte de transferência da União, que é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O Tribunal de Contas da União é o órgão competente para efetuar o cálculo das

quotas e fixar os coeficientes de participação de cada município na distribuição dos recursos do FPM, o cálculo é feito considerando o fator populacional (B) e o fator renda per capita (D), sendo $B \times D = CIFPM$, tendo como fonte de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme os dados são atualizados, os coeficientes são também de forma anual.

O estado de Alagoas é composto por 102 municípios, deste total em acordo com a decisão normativa nº 196 TCU, foram selecionados 13 municípios, sendo: Arapiraca, Atalaia, Campo Alegre, Coruripe, Delmiro Gouveia, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Penedo, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela e União dos Palmares, segue quadro demonstrativos com os coeficientes de cada município.

PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

Gestores e técnicos municipais.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A análise da eficiência da gestão fiscal é sempre relevante, possibilitando compreender como está sendo administrado os recursos públicos, gerando informação aos cidadãos e permitindo analisar a correlação entre a eficiência da gestão fiscal e a arrecadação de transferências voluntárias como forma de fomentar o crescimento dos municípios. Principalmente quando se é considerado, que os municípios não conseguem se auto financiar, estando sempre dependentes das transferências do estado e da União.

Anualmente a descentralização de recursos da União para estados e municípios cresce concomitante a fiscalização dos mesmos, visando garantir a eficácia da aplicação desses recursos e a correta execução dos programas federais, onde o principal objetivo é atender as demandas necessárias em prol da sociedade, o que também pode ser considerado um constante desafio para os gestores públicos, principalmente quando grande parte desses municípios são dependentes das transferências da União.

OBJETIVOS

O objetivo deste, é auxiliar a forma como os recursos públicos estão sendo geridos através do banco de dados dos cinco últimos anos e a entrega indicadores que possam servir

como norteadores para fomentar os recursos recebidos pelos municípios, principalmente quando considerada a problemática que os municípios dependem das transferências financeiras oriundas do estado e da União, para realizar grandes investimentos.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

A fim de colaborar profissionalmente para nortear os gestores que almejam alcançar a eficiência fiscal e um melhor desempenho na captação de recursos, apresenta-se em anexo banco de dados a respeito dos municípios selecionados para este estudo e segue a apresentação dos indicadores utilizados.

Para cálculo dos indicadores financeiros optou-se pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), por estes representarem de forma simples os componentes da gestão fiscal por meio de cinco indicadores que são: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida, com dados retirados dos demonstrativos contábeis através do SICONFI.

- Receita Própria/RCL - Permite avaliar a dependência das prefeituras quanto as transferências dos estados e da União, pois indica o quociente entre o total de receitas próprias geradas pelo município e a Receita Corrente Líquida (RCL).

- Gastos com Pessoal/RCL - Relaciona o total que os municípios gastaram com despesas de pessoal em relação ao total da RCL, um indicador considerável pois quanto mais recursos são comprometidos com as despesas com pessoal, menos são os recursos que sobram para atender as demais demandas, como investimentos.

- Investimentos/RCL - Mensura quanto está o comprometimento com investimentos no orçamento municipal.

- Liquidez - Identifica se as prefeituras estão deixando em caixa lastro financeiro para honrar os restos a pagar inscritos anualmente, é realizado pela relação da disponibilidade de caixa menos os restos a pagar e a RCL.

- Custo da Dívida - Avalia o comprometimento orçamentário com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos, essas despesas são relacionadas as receitas líquidas reais (RLR), a RLR é a receita total excluindo todas as outras receitas de capital. Os dados para cálculo dos indicadores foram obtidos no site do SICONFI, consultando os demonstrativos contábeis e fiscais descritos no quadro 2.

O cálculo dos indicadores foi realizado relacionando-os com o valor da Receita Corrente Líquida (RCL), que foi obtida por meio do RREO, no Demonstrativo da Receita

Corrente Líquida, realizado bimestralmente, para atingir o objetivo proposto foram retirados os dados do 6º bimestre.

Os dados referentes as transferências voluntárias da União, neste considerados apenas os contratos de repasse, foram retirados através do Sistema de Acompanhamento de Obras (SIURB), considerando como objeto principal deste, a capacidade do ente de conseguir contratar, segue notação matemática desse indicador:

Notação matemática:

$$IDtv = \sum_{i=1}^t [(X - \bar{X}) / S]$$

Onde:

Idtv - Indicador de desempenho no gerenciamento das Transferências Voluntárias

X - Variáveis de gerenciamento das transferências voluntárias

$\bar{X}$ - Média das variáveis

S - Desvio Padrão

Conforme os indicadores apresentados, o banco de dados foi elaborado e anualmente os gestores e os técnicos municipais poderão utilizar destes para mensurar sua gestão fiscal e o seu desempenho na contratação de recursos a título de transferências voluntárias, afim de quantificar a qualidade da gestão.

RESPONSÁVEIS E CONTATOS

JOYCE TENÓRIO PADILHA DE VASCONCELOS CARNAÚBA

(joycetenoriooo@gmail.com)

Mestranda em Administração Pública

Universidade Federal de Alagoas

PROF. DR. BRUNO SETTON GONÇALVES (bruno.setton@arapiraca.ufal.br)

Orientador do trabalho

Universidade Federal de Alagoas

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Agosto e setembro de 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: agosto de 2023

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar nº 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. Brasília: [s.d.].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2023.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Anexo Metodológico IFGF 2016 edição 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/downloads/>. Acesso em: junho de 2023.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). IFGF 2017 Índice Firjan de Gestão Fiscal. Ano base 2016. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/downloads/>. Acesso em: junho de 2023.

YIN, R. K. (2005). **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: 3. ed. Bookman.

PUTTOMATTI, G. D. C. F. **Capital político e transferências voluntárias no estado de São Paulo** (Doctoral dissertation), 2013.

MUSGRAVE, R. A., MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus, 1980.

REZENDE, F. Os desafios do Federalismo Fiscal. FGV Editora, 2006.

MEIRELES, F. Alinhamento partidário e demanda por transferências federais no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 53, 173-194. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0034-761220170282>. , 2019.

FERREIRA, I. F., & BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61, 271-300. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>, 2007.

PEREIRA, C., & MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados*, 45, 265-301. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200004>, 2002.

MARCINIUK, F. L., BUGARIN, M. S., & FERREIRA, D. C. Motivação partidária nas

transferências voluntárias da União: o papel do Legislativo Federal. Estudos Econômicos (São Paulo), 50, 261-291. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0101-41615023fmd>, 2020.

IGNARRA, R. Monitoramento de recursos de transferências voluntárias na esfera municipal. Repositório Digital FGV. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10438/11875>, 2014.

SOARES, M. M. & MELO, B. G. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. Revista de Administração Pública. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-7612138727>, 2016.

MOUTINHO, J. A. Transferências voluntárias da União para municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. Revista de Administração Pública. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-7612139003>, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANEXO I – DADOS GERENCIAIS MUNICIPAIS

• RECEITA PRÓPRIA

REGIÃO	2022		2021		2020		2019		2018	
	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL
Agreste	237.641.098,10	28,20	185.409.640,21	25,78	172.803.621,37	26,78	143.516.841,14	25,01	141.464.497,98	25,77
Arapiraca	237.641.098,10	28,20	185.409.640,21	25,78	172.803.621,37	26,78364	143.516.841,14	25,01317	141.464.497,98	25,76657
Serrana	130.992.439,40	25,40	97.554.445,17	28,67	47.363.803,58	26,58	96.878.842,40	32,37	47.547.452,65	20,42
Atalaia	32.728.258,38	18,12	56.237.470,19	31,41	S/I		53.706.474,58	38,65452	28.560.889,21	27,70276
União dos Palmares	98.264.181,02	32,67	41.316.974,98	25,92	47.363.803,58	26,57549	43.172.367,82	26,07573	18.986.563,44	13,13268
Tabuleiros do Sul	323.196.736,34	28,64	190.651.809,62	22,96	98.840.222,68	21,96	130.735.488,24	22,61	92.401.822,93	24,01
Campo Alegre	23.605.179,79	28,46	38.173.078,92	22,97	S/I		37.218.575,48	33,50921	S/I	
Coruripe	60.168.012,20	19,48	54.864.647,41	22,89	39386932,64	15,9703	37.346.746,54	18,22281	35.392.756,32	18,76406
São Miguel dos Campos	193.888.241,31	47,31	65.449.141,41	29,03	59.453.290,04	27,95064	42.459.891,97	19,04367	57.009.066,61	29,25323
Teotônio Vilela	45.535.303,04	19,30	32.164.941,88	16,96	S/I		13.710.274,25	19,67336	S/I	
Alto Sertão	129.036.446,05	44,83	35.865.023,79	20,97	38.176.887,98	18,83	18.937.880,00	15,68	23.871.091,71	21,78
Delmiro Gouveia	129.036.446,05	44,83	35.865.023,79	20,97	38176887,98	18,8322	18.937.880,00	15,67731	23.871.091,71	21,78271
Metropolitana	228.652.475,94	35,07	124.892.004,91	29,07	76.168.828,60	23,34	103.319.975,39	25,86	87.784.584,75	22,87
Marechal Deodoro	155.065.252,48	46,63	29.696.459,26	9,32	43429379,34	18,68804	38.480.566,53	18,25303	52.094.433,79	22,29628
Rio Largo	73.587.223,46	23,52	95.195.545,65	48,81	32739449,26	27,99518	64.839.408,86	33,47541	35.690.150,96	23,44879
Médio Sertão	99.457.724,07	35,18	28.731.209,81	14,56	28.118.345,98	17,24	19.350.494,65	11,33	21.876.823,88	17,58
Santana do Ipanema	99.457.724,07	35,18	28.731.209,81	14,56	28.118.345,98	17,23974	19.350.494,65	11,3284	21.876.823,88	17,58332
Planalto da Borborema	155.065.252,48	39,81	29.696.459,26	13,34	43.429.379,34	20,40	38.480.566,53	21,29	52.094.433,79	22,68
Palmeira dos Índios	155.065.252,48	39,8089227	29.696.459,26	13,34437	43.429.379,34	20,3957	38.480.566,53	21,29185	52.094.433,79	22,68074
Baixo São Francisco	188.619.792,79	47,24	39.442.507,10	20,22	29.892.474,98	17,65	35.240.014,41	18,68	19.395.963,61	10,83
Penedo	188.619.792,79	47,24138	39.442.507,10	20,2205	29.892.474,98	17,64696	35.240.014,41	18,67983	19.395.963,61	10,8285

Elaborado: Autora.

• CUSTO DA DÍVIDA

REGIÃO	2022		2021		2020		2019		2018	
	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL
Agreste	6.885.002,64	0,82	6.898.890,75	0,96	3.521.107,64	0,55	2.984.639,20	0,52	5.103.646,49	0,93
Arapiraca	6885002,64	0,817128	6898890,75	0,95909	3521107,64	0,545752836	2984639,2	0,52018487	5103646,49	0,929586
Serrana	11.752.470,43	2,06	3.072.249,85	0,95	2.884.703,26	0,85	2.460.438,02	0,78	5.202.015,57	1,89
Atalaia	962.071,43	0,53	357.081,80	0,20	268.567,03	0,22	620.881,07	0,45	640.890,52	0,62
União dos Palmares	10.790.399,00	3,59	2.715.168,05	1,70	2.616.136,23	1,47	1.839.556,95	1,11	4.561.125,05	3,15
Tabuleiros do Sul	14.930.422,36	2,01	5.159.496,06	0,88	4.690.678,42	3,92	7.289.679,57	1,28	3.968.443,70	1,03
Campo Alegre	3.614.782,06	4,358029	1.327.482,34	0,79871	2.313.653,55	9,725827022	1.062.608,41	0,9567041		
Coruripe	5.806.921,82	1,880273			2.727.374,98	1,105874337	2.407.614,98	1,17476108	1.881.032,93	0,997261
São Miguel dos Campos	2.882.421,37	0,70	2.299.398,62	1,02	1.963.303,44	0,92	2.525.882,37	1,13	2.087.410,77	1,07
Teotônio Vilela	2.626.297,11	1,11	1.532.615,10	0,81	2.534.753,36		1.293.573,81	1,86		
Alto Sertão	3.799.238,96	1,32	3.810.880,47	-	3.866.858,71	1,91	3.604.288,83	-	1.666.494,23	-
Delmiro Gouveia	3.799.238,96	1,320037	3.810.880,47		3.866.858,71	1,907474489	3.604.288,83		1.666.494,23	
Metropolitana	9.212.725,79	1,44	6.553.670,42	1,45	6.711.437,20	2,45	7.596.361,95	1,92	6.196.627,88	1,92
Marechal Deodoro	3.764.454,65	1,131975	2.356.490,45	0,73978	1.984.616,79	0,853998055	1.869.764,92	0,88691173	1.023.151,86	0,437906
Rio Largo	5.448.271,14	1,74	4.197.179,97	2,15	4.726.820,41	4,04	5.726.597,03	2,96	5.173.476,02	3,40
Médio Sertão	3.332.200,86	1,18	1.602.680,93	0,81	761.567,26	0,47	1.000.659,86	0,59	1.245.665,22	1,00
Santana do Ipanema	3.332.200,86	1,18	1.602.680,93	0,81	761.567,26	0,47	1.000.659,86	0,59	1.245.665,22	1,00
Planalto da Borborema	1.320.765,27	0,34	1.290.766,19	0,58	1.290.204,31	0,61	2.487.883,11	1,21	3.923.517,42	1,71
Palmeira dos Índios	1.320.765,27	0,34	1.290.766,19	0,58	1.290.204,31	0,61	2.487.883,11	1,21	3.923.517,42	1,71
Baixo São Francisco	6.028.172,34	1,51	2.105.753,26	1,08	1.091.318,99	0,64	1.851.216,84	1,12	2.799.304,15	1,56
Penedo	6.028.172,34	1,51	2.105.753,26	1,08	1.091.318,99	0,64	1.851.216,84	1,12	2.799.304,15	1,56

Elaborado: Autora.

• GASTO COM PESSOAL

REGIÃO	2022		2021		2020		2019		2018	
	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL
Agreste	361.295.907,96	42,88	299.760.705,32	41,67	294.343.412,34	45,62	303.719.837,29	52,93	303.927.114,67	55,36
Arapiraca	361.295.907,96	42,88	299.760.705,32	41,67	294.343.412,34	45,62	303.719.837,29	52,93	303.927.114,67	55,36
Serrana	290.555.114,79	61,78	208.958.637,15	62,19	221.445.100,17	75,82	207.207.356,82	67,51	179.054.266,95	72,85
Atalaia	121.818.979,59	67,46	97.421.320,10	54,42	99.760.612,21	83,36	85.308.339,71	61,40	78.493.159,64	76,13
União dos Palmares	168.736.135,20	56,10	111.537.317,05	69,97	121.684.487,96	68,28	121.899.017,11	73,63	100.561.107,31	69,56
Tabuleiros do Sul	557.660.002,89	49,29	423.997.025,27	52,30	205.308.170,01	45,16	345.180.852,95	51,95	174.738.301,43	45,54
Campo Alegre	107.506.720,06	S/I*	93.413.033,32	56,20	84.300.543,58	S/I*	75.703.126,80	68,16	S/I*	S/I*
Coruripe	151.220.651,38	48,97	100.189.605,53	41,81	95.869.508,19	38,87	87.988.820,04	42,93	83.637.092,43	44,34
São Miguel dos Campos	154.574.912,47	37,72	122.936.135,35	54,53	109.438.661,82	51,45	99.803.547,81	44,76	91.101.209,00	46,75
Teotônio Vilela	144.357.718,98	61,19	107.458.251,07	56,66	87.881.299,17	S/I*	81.685.358,30	S/I*	S/I*	S/I*
Alto Sertão	94.694.350,08	32,90	87.845.102,20	51,36	86.205.221,31	42,52	75.236.815,94	62,28	71.280.876,58	65,04
Delmiro Gouveia	94.694.350,08	32,90	87.845.102,20	51,36	86.205.221,31	42,52	75.236.815,94	62,28	71.280.876,58	65,04
Metropolitana	319.549.186,35	49,55	257.776.454,70	51,97	231.140.460,48	71,82	217.335.147,25	53,70	206.733.151,47	54,85
Marechal Deodoro	159.840.299,70	48,06	141.993.778,12	44,58	127.130.817,76	54,71	114.772.679,14	54,44	114.068.849,43	48,82
Rio Largo	159.708.886,65	51,04	115.782.676,58	59,36	104.009.642,72	88,94	102.562.468,11	52,95	92.664.302,04	60,88
Médio Sertão	74.371.389,19	26,30	47.456.882,52	24,04	46.050.004,91	28,23	47.064.271,60	27,55	43.548.571,94	35,00
Santana do Ipanema	74.371.389,19	26,30	47.456.882,52	24,04	46.050.004,91	28,23	47.064.271,60	27,55	43.548.571,94	35,00
Planalto da Borborema	170.244.225,85	43,71	122.464.243,00	55,03	112.448.942,76	52,81	103.003.373,55	50,00	96.061.038,40	41,82
Palmeira dos Índios	170.244.225,85	43,71	122.464.243,00	55,03	112.448.942,76	52,81	103.003.373,55	50,00	96.061.038,40	41,82
Baixo São Francisco	115.330.071,44	28,89	97.609.499,89	50,04	85.260.372,84	50,33	81.532.604,31	49,26	76.338.865,56	42,62
Penedo	115.330.071,44	28,89	97.609.499,89	50,04	85.260.372,84	50,33	81.532.604,31	49,26	76.338.865,56	42,62

Elaborado: Autora.

• INVESTIMENTOS

REGIÃO	2022		2021		2020		2019		2018	
	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL	R\$	% RCL
Agreste	127.360.756,70	15,12	47.128.806,55	6,55	77.848.028,17	12,07	39.120.340,65	6,82	21.396.391,97	3,90
Arapiraca	127.360.756,70	15,115	47.128.806,55	6,552	77.848.028,17	12,066	39.120.340,65	6,818	21.396.391,97	3,897
Serrana	22.554.557,86	5,13	8.992.615,79	2,61	20.686.982,09	8,36	3.700.462,70	1,12	2.542.401,78	0,97
Atalaia	12.501.568,16	6,923	6.014.146,28	3,359	18.625.762,17	15,563	8.299,00	0,006	658.080,91	0,638
União dos Palmares	10.052.989,70	3,342	2.978.469,51	1,868	2.061.219,92	1,157	3.692.163,70	2,230	1.884.320,87	1,303
Tabuleiros do Sul	59.532.939,57	6,26	32.292.214,57	4,11	61.318.202,12	31,60	36.928.287,26	6,15	16.202.671,68	4,23
Campo Alegre	7.499.007,77	9,041	10.440.523,44	6,282	16.168.082,97	67,965	15.008.947,88	13,513	S/I*	S/I*
Coruripe	22.019.230,44	7,130	4.499.107,10	1,877	30.807.172,06	12,491	6.248.719,54	3,049	8.353.653,09	4,429
São Miguel dos Campos	21.458.727,02	5,236	10.373.993,51	4,602	30.511.030,06	14,344	14.663.759,02	6,577	7.849.018,59	4,028
Teotônio Vilela	8.555.974,34	3,626	6.978.590,52	3,680	1.183.423,57	S/I*	1.006.860,82	1,445	S/I*	S/I*
Alto Sertão	33.289.532,06	11,57	21.654.651,87	12,66	1.979.349,59	0,98	2.928.390,20	2,42	4.520.977,34	4,13
Delmiro Gouveia	33.289.532,06	11,566	21.654.651,87	12,661	1.979.349,59	0,976	2.928.390,20	2,424	4.520.977,34	4,125
Metropolitana	82.053.366,57	12,68	43.837.188,32	8,23	87.394.822,32	27,78	55.734.989,58	13,52	38.294.415,87	10,53
Marechal Deodoro	46.074.748,68	13,855	30.307.728,48	9,515	45.107.619,60	19,410	41.498.073,28	19,684	17.873.804,08	7,650
Rio Largo	35.978.617,89	11,499	13.529.459,84	6,937	42.287.202,72	36,159	14.236.916,30	7,350	20.420.611,79	13,417
Médio Sertão	11.241.633,69	3,98	6.861.510,09	3,48	8.358.432,34	5,12	1.183.787,11	0,69	7.645.981,45	6,15
Santana do Ipanema	11.241.633,69	3,976	6.861.510,09	3,476	8.358.432,34	5,125	1.183.787,11	0,693	7.645.981,45	6,145
Planalto da Borborema	44.286.206,66	11,37	15.134.335,08	6,80	12.452.214,61	5,85	12.633.946,83	6,13	7.525.658,87	3,28
Palmeira dos Índios	44.286.206,66	11,369	15.134.335,08	6,801	12.452.214,61	5,848	12.633.946,83	6,133	7.525.658,87	3,277
Baixo São Francisco	15.252.998,09	3,82	2.905.137,18	1,49	30.222.997,24	17,84	6.900.138,81	4,17	10.235.549,20	5,71
Penedo	15.252.998,09	3,820	2.905.137,18	1,489	30.222.997,24	17,842	6.900.138,81	4,169	10.235.549,20	5,714

Elaborado: Autora.

• LIQUIDEZ

REGIÃO	2022 % RCL	2021 % RCL	2020 % RCL	2019 % RCL	2018 % RCL
Agreste	36,99	32,24	20,86	23,97	21,48
Arapiraca	36,99	32,24	20,86	23,97	21,48
Serrana	10,25	16,02	0,69	10,84	7,63
Atalaia	0,84	30,93	S/I*	18,37	18,10
União dos Palmares	19,65	1,12	0,69	3,31	2,84
Tabuleiros do Sul	30,44	41,56	19,71	18,01	10,01
Campo Alegre	15,22	S/I*	29,22	9,16	S/I*
Coruripe	59,12	66,55	17,51	33,84	9,10
São Miguel dos Campos	26,62	16,57	12,41	20,65	10,92
Teotônio Vilela	5,58	S/I*	S/I*	8,37	S/I*
Alto Sertão	50,04	34,13	21,67	11,99	8,72
Delmiro Gouveia	50,04	34,13	21,67	11,99	8,72
Metropolitana	25,11	35,82	25,19	29,86	24,84
Marechal Deodoro	33,16	38,06	20,77	51,56	49,31
Rio Largo	17,07	33,57	29,60	8,17	0,37
Médio Sertão	56,17	31,88	28,55	20,77	10,92
Santana do Ipanema	56,17	31,88	28,55	20,77	10,92
Planalto da Borborema	3,47	58,66	30,98	32,41	25,24
Palmeira dos Índios	3,47	58,66	30,98	32,41	25,24
Baixo São Francisco	43,34	1,76	25,18	34,18	27,96
Penedo	43,34	1,76	25,18	34,18	27,96

Elaborado: Autora.

• EFICIÊNCIA RELATIVA DOS MUNICÍPIOS

REGIÃO	2022	2021	2020	2019	2018
Agreste	4,00	3,00	3,00	3,00	2,00
Arapiraca	4,00	3,00	3,00	3,00	2,00
Serrana	2,50	2,00	1,00	1,50	1,00
Atalaia	3,00	3,00		2,00	
União dos Palmares	2,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Tabuleiros do Sul	3,00	3,00	2,67	2,75	2,00
Campo Alegre	2,00		2,00	3,00	
Coruripe	4,00	4,00	3,00	4,00	2,00
São Miguel dos Campos	3,00	2,00	3,00	3,00	2,00
Teotônio Vilela	2,00			1,00	
Alto Sertão	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00
Delmiro Gouveia	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00
Metropolitana	4,00	3,00	3,50	3,00	4,00
Marechal Deodoro	4,00	4,00	3,00	4,00	4,00
Rio Largo	4,00	2,00	4,00	2,00	4,00
Médio Sertão	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Santana do Ipanema	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Planalto da Borborema	4,00	4,00	3,00	4,00	2,00
Palmeira dos Índios	4,00	4,00	3,00	4,00	2,00
Baixo São Francisco	2,00	1,00	4,00	3,00	4,00
Penedo	2,00	1	4	3	4

Elaborado: Autora.

• **MÉDIA DA EFICIÊNCIA RELATIVA DOS MUNICÍPIOS – POR REGIÃO**

Região	2022	2021	2020	2019	2018
Agreste	4,00	3,00	3,00	3,00	2,00
Serrana	2,50	2,00	1,00	1,50	1,00
Tabuleiros do Sul	3,00	3,00	2,67	2,75	2,00
Alto Sertão	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00
Metropolitana	4,00	3,00	3,50	3,00	4,00
Médio Sertão	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Planalto da Borborema	4,00	4,00	3,00	4,00	2,00
Baixo São Francisco	2,00	1,00	4,00	3,00	4,00

Elaborado: Autora.

• **RELAÇÃO MÉDIA EFICIÊNCIA X CONTRATAÇÃO NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

<i>Média Eficiência</i>			CONTRATAÇÃO		POSIÇÃO
MUNICIPIO	MÉDIA	POSIÇÃO	MUNICIPIO	R\$	
Santana do Ipanema	4,00	1	Santana do Ipanema	51.206.602,82	2
Marechal Deodoro	3,80	2	Marechal Deodoro	8.549.639,89	6
Coruripe	3,40	3	Coruripe	10.144.044,00	5
Palmeira dos Índios	3,40	4	Palmeira dos Índios	2.648.342,25	7
Rio Largo	3,20	5	Rio Largo	39.599.423,12	3
Arapiraca	3,00	6	Arapiraca	86.427.794,95	1
Delmiro Gouveia	2,80	7	Delmiro Gouveia	18.074.691,00	4
Penedo	2,80	8	Penedo	909.933,32	9
Atalaia	2,67	9	Atalaia	286.500,00	13
São Miguel dos Campos	2,60	10	São Miguel dos Campos	1.863.646,37	8
Campo Alegre	2,33	11	Campo Alegre	403.809,52	12
Teotônio Vilela	1,50	12	Teotônio Vilela	846.301,21	10
União dos Palmares	1,20	13	União dos Palmares	460.952,38	11
			Média	17.032.436,99	
			Desvio Padrão	26463535,51	

Elaborado: Autora.

• OUTROS DADOS GERENCIAIS - CONTRATOS DE REPASSE

ARRECADAÇÃO		POSIÇÃO	CONTRATAÇÃO/ARRECADAÇÃO		POSIÇÃO	Média % Executado Iniciados		POSIÇÃO	Concluídos		POSIÇÃO	Idtvs
Município	R\$		Município	%		Município	%		Município	Qt		
Santana do Ipanema	20.676.384,09	1	Santana do Ipanema	0,40	9	Santana do Ipanema	49,82	2	Santana do Ipanema	1	6	16,6
Marechal Deodoro	6.190.965,62	5	Marechal Deodoro	0,72	3	Marechal Deodoro	39,92	4	Marechal Deodoro	3	1	3,0
Coruripe	0	13	Coruripe	0,00	13	Coruripe	0,00	13	Coruripe	0	12	11,9
Palmeira dos Índios	1.529.628,35	6	Palmeira dos Índios	0,58	4	Palmeira dos Índios	87,83	1	Palmeira dos Índios	1	7	2,8
Rio Largo	17.939.695,97	2	Rio Largo	0,45	6	Rio Largo	30,39	5	Rio Largo	0	13	6,3
Arapiraca	16.893.440,07	3	Arapiraca	0,20	11	Arapiraca	21,63	6	Arapiraca	1	2	10,5
Delmiro Gouveia	8.070.123,43	4	Delmiro Gouveia	0,45	8	Delmiro Gouveia	46,23	3	Delmiro Gouveia	1	5	1,5
Penedo	413.333,32	10	Penedo	0,45	7	Penedo	0,00	10	Penedo	1	8	4,2
Atalaia	0	12	Atalaia	0,00	12	Atalaia	0,00	12	Atalaia	0	9	14,6
São Miguel dos Campos	699.047,62	7	São Miguel dos Campos	0,38	10	São Miguel dos Campos	0,00	11	São Miguel dos Campos	1	3	5,0
Campo Alegre	403.809,52	11	Campo Alegre	1,00	1	Campo Alegre	0,00	7	Campo Alegre	0	11	0,3
Teotônio Vilela	460.952,38	9	Teotônio Vilela	0,54	5	Teotônio Vilela	0,00	9	Teotônio Vilela	1	4	3,1
União dos Palmares	460.952,38	8	União dos Palmares	1,00	2	União dos Palmares	0,00	8	União dos Palmares	0	10	0,3

Elaborado: Autora.